1 **Ata da Sessão Extraordinária do Conselho de Planejamento e Administração da**
2 **Universidade Federal do Paraná realizada em 06 de Abril de 2016.**

3 Aos seis dias do mês de abril do ano dois mil e dezesseis, às nove horas, na Sala dos Conselhos,
4 reuniu-se o Conselho de Planejamento e Administração da Universidade Federal do Paraná sob
5 a Presidência do Magnífico Reitor, Professor Doutor Zaki Akel Sobrinho. Presentes o Vice-
6 Presidente, Professor Doutor Rogério Andrade Mulinari e os Conselheiros Titulares Adilson
7 Antonio Volpi, Aline Ferrari Fabri, Amadeu Bona Filho, Amanda Gonzales da Silva, Ademir
8 Clemente, Arlete Edling, Nelson Luis Barbosa Rebellato, Luiz Paulo Maia, Daniel Keller
9 Mittelbach, Pedro Luis Faggion, Ligia Negri, Eunice Maria Linhares Cirino Camargo, José Luis
10 Guimarães, Lucas Siquieri Gracia, Luiz Antonio Correa Lucchesi, Luiz Antonio Passos
11 Cardoso, Luiz Cláudio Fernandes, Alexandre Luis Trovon de Carvalho, Maria Cristina
12 Alsselbrinque, Maria Lucia Masson, Mario de Paula Soares Filho, Narcizo Leopoldo E. da
13 Cunha Sobieray, Paulo de Tarso da Cunha Chaves, Renato Bochicchio, Ricardo Fernandez
14 Perez, Ricardo Marcelo Fonseca, Romualdo Wandresen, Tibiriçá Kruger Moreira, Vanessa
15 Aquino de Lima. Também presentes o Conselheiro Suplente Nivaldo Eduardo Rizi. Presente
16 ainda a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis Professora Rita de Cássia Lopes, a Pró-Reitora de
17 Extensão e Cultura, Professora Deise Cristina de Lima Picanço, a Pró-Reitora de Gestão de
18 Pessoas, Senhora Laryssa Martins Born, e o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Professor
19 Edilson Sérgio Silveira. Justificaram suas ausências os Conselheiros Ana Paula Dias Torres
20 Campos, Antoninho Caron, Erico Germano Hack, Claudete Reggiani, Mario Sergio Ferreira de
21 Souza, Wagner José Negrelo Biscaia, Elisandro Pires Frigo, Mariana Paiva dos Santos, Marcos
22 Sfair Sunye, Helton José Alves e Luiz Antonio Corrêa Lucchesi. Havendo quórum, o Presidente
23 declarou aberta a sessão, passando à **Ordem do Dia: 01) Processo nº 125955/2016-76 -**
24 **Reconsideração à decisão do COPLAD que homologou o processo de escolha dos**
25 **representantes dos servidores técnico-administrativos ativos e aposentados junto aos**
26 **Conselhos Superiores da UFPR (art. 28, §1º do Regimento Geral). Interessado: Daniel**
27 **Keller Mittelbach.** Processo relatado pelo Conselheiro Elisandro Pires Frigo que emitiu o
28 seguinte parecer: “*Estando o processo devidamente instruído e após análise, em grau de*
29 *reconsideração, sou de parecer FAVORÁVEL à manutenção da decisão do COPLAD pela*
30 *homologação do processo da escolha dos representantes técnicos-administrativos junto aos*
31 *conselhos superiores da UFPR”.* Em discussão e votação o parecer foi aprovado por
32 unanimidade de votos. **02) Processo nº 123439/2016-15 - Plano Diretor de Tecnologia da**
33 **Informação e Comunicação PDTI, vigência 2015-2017. Interessada: Governança da**
34 **Tecnologia e da Informação/UFPR.** Processo relatado pelo Conselheiro Luiz Antonio Passos
35 Cardoso que emitiu o seguinte parecer: “*O presente PDTI foi elaborado com base em*
36 *legislações e demandas dos órgãos de controle, TCU e CGU, sendo obrigatório para a*
37 *universidade. A sua elaboração levou em conta as contribuições oferecidas pela devolução do*
38 *formulário de necessidades e visitas do Assessor de Governança da Tecnologia e da*
39 *Informação/UFPR. Desta forma o PDTI elenca as ações a serem tomadas no âmbito da UFPR*
40 *na área de TIC no biênio 2016 – 2017, podendo ser revisto a qualquer tempo e*
41 *obrigatoriamente uma vez por ano.* 3. **PARECER CONCLUSIVO:** *Do exposto, sou de parecer*
42 *FAVORÁVEL a adoção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Biênio*
43 *2016 – 2017, constante do presente processo.* **03) Processo nº 120826/2016-91 - Doação de**
44 **Equipamento para a UFPR (Magneto de Espectrometro de RMN de 800 MHz).**
45 Interessada: PRPPG. Doação aprovada nos termos do parecer do Conselheiro Dalton Luiz
46 Razera. “**PARECER CONCLUSIVO:** *Tendo em vista a documentação anexa ao processo*

47 23075.120826/2016-91, sido analisada e com encaminhamento favorável dos recursos
48 solicitados a PROPLAN e esclarecimento das fontes de origem dos recursos pela PRPPG, este
49 Conselheiro, é de parecer **favorável** à aceitação da doação do equipamento de Ressonância
50 Magnética Nuclear de 800MHz de 2004, da Universidade Nacional da Austrália”.

51 **04) Processo nº 094744/2015-01 - Recurso contra decisão da Divisão de Gestão de Pessoas**
52 **do HC desfavorável à solicitação de vaga na Creche CEI Pipa Encantada. Interessada:**
53 **Grezielle Cristiny de Lima Merino.** Recurso provido por unanimidade de votos, de acordo
54 com o parecer da Conselheira Maria Lucia Masson. Parecer: “*Em publicação do MEC*
55 *intitulada Critérios para um Atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das*
56 *crianças (ISBN 978-85-7783-019-0), na página 32 se define, entre outros: • A política de creche*
57 *procura responder ao princípio de igualdade de oportunidade para as classes sociais, os sexos,*
58 *as raças e os credos. • Há um projeto para as creches com explicitação de metas, estratégias,*
59 *mecanismos de supervisão e avaliação. • O plano de expansão das creches, em quantidade e*
60 *localização, responde às necessidades das famílias e crianças. • O plano para creche prevê*
61 *entre suas metas a melhoria da qualidade do atendimento à criança. • Os critérios para*
62 *admissão de crianças nas creches são democráticos, transparente e não discriminatórios. • O*
63 *per capita repassado às creches respeita o cronograma pré-estabelecido • O valor do per capita*
64 *repassado pelo poder público às creches conveniadas é suficiente para oferecer um tratamento*
65 *digno às crianças • O valor do per capita repassado às creches segue uma curva ascendente •*
66 *Os critérios para estabelecimento e avaliação de convênios são transparentes e acessíveis ao*
67 *público. Sendo estas as diretrizes e documentos estabelecidos pelo MEC para a Educação*
68 *Infantil, esta conselheira considera que a negativa a solicitação da servidora por motivos de*
69 *reserva de lugar para funcionários da EBSEERH que ainda nem solicitaram vagas para o Centro*
70 *de Educação Infantil, alegando de que as instalações são exclusivas de servidores lotados no*
71 *complexo HC/UFPR/EBSEERH fere frontalmente os princípios de respeito ao direito da criança*
72 *e das famílias. O fato de que novos servidores, sejam da UFPR, sejam da EBSEERH necessitam*
73 *de vagas para que seus filhos tenham acesso à educação infantil, direito assegurado pela*
74 *Constituição Federal de 1988, demanda providências para que se crie um plano de expansão*
75 *da creche, e reivindicações junto a Secretaria de Educação Básica do MEC, bem como a*
76 *órgãos estaduais e municipais para investimentos atendendo a suas próprias diretrizes*
77 *emanadas pelo Ministério da Educação, e mesmo com a participação da EBSEERH na*
78 *ampliação do atendimento, uma vez que o contrato com a UFPR prevê investimentos no âmbito*
79 *do Complexo HC/UFPR/EBSEERH. Parece-nos ainda, sem fundamento, a divisão entre as*
80 *unidades do Complexo, que explicitamente inclui a UFPR, não havendo justificativa plausível*
81 *para a negativa pura e simples baseada em regimento que fere os princípios já citados neste*
82 *documento. Ainda, segundo documento da EBSEERH disponível na Internet datado de 2014, o*
83 *Plano de Benefícios oferecido a seus colaboradores, bem como a servidores RJU que façam sua*
84 *adesão, prevê entre os benefícios, o vale Pré-Escola. Seguindo os princípios que regem o*
85 *serviço público federal, a creche privativa e gratuita é um benefício duplo, já contemplado no*
86 *salário do servidores e colaboradores da EBSEERH, devendo ser tratado da mesma forma que*
87 *outros benefícios que são oferecidos na UFPR, a exemplo das taxas do Restaurante*
88 *Universitário. De acordo com a Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, que autorizou a*
89 *criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEERH, com competência para: I -*
90 *administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar,*
91 *ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS; II - prestar*
92 *às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio*

93 ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo
94 da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social; III - apoiar a
95 execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras
96 instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos
97 da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das
98 residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e
99 regiões estratégicas para o SUS; IV - prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em
100 pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras
101 instituições congêneres; V - prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais
102 universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de
103 gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de
104 metas; e VI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto
105 social. De acordo com o texto da Lei, em momento algum a EBSEH está autorizada a executar
106 atividades relacionadas ao Ensino Infantil, restringindo-se a atividades do ensino superior e da
107 área da Saúde. Portanto, o contrato firmado entre a UFPR e a EBSEH não poderia transferir
108 a unidade de Educação Infantil para esta última, por falta de competência legal da mesma.
109 Resta também considerar as decisões anteriores do COPLAD, que atendeu a solicitações de
110 servidores da UFPR com relação a vagas no Centro de Educação Infantil (Pipa Encantada
111 UFPR/HC). **PARECER CONCLUSIVO** Portanto, sou de parecer favorável a solicitação da
112 servidora de inclusão na lista de espera de vaga no Centro de Educação Infantil (Pipa
113 Encantada UFPR/HC)”. **05) Processo nº 114715/2016-46 - Solicitação de isenção de**
114 **pagamento da taxa para emissão de segunda via de certificado de especialização (lato**
115 **sensu). Interessado: Lirio de Moura Moreira.** Processo relatado pelo Conselheiro Tibiriçá
116 Krüger Moreira que exarou parecer nos seguintes termos: “O Senhor Lirio de Moura Moreira
117 justifica em seu requerimento “estar em tratamento médico e impedido de exercer trabalho
118 remunerado há alguns meses e que continuará por mais alguns meses, conforme
119 documentação”, mas não apresenta nenhuma prova de tal justificativa de estar impedido de
120 exercer trabalho remunerado e se o mesmo encontra-se desempregado ou afastado sem
121 remuneração. Analisando o Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná – UFPR, em
122 especial os artigos Art 16, Art 17 e Art 18, inciso XVI, notamos que em nenhum momento fala
123 em isenção de taxa, e sim o Art 18, inciso XVI temos: **aprovar taxas, contribuições e**
124 **emolumentos cobrados pela Universidade.** Cabe aqui lembrarmos que **Emolumentos** são taxas
125 remuneratórias de serviços público, tanto notarial, quanto de registro, configurando uma
126 obrigação pecuniária a ser paga pelo próprio requerente. Tentado falar com o Senhor Lirio de
127 Moura Moreira no número do telefone para contato, em várias tentativas não foi conseguido,
128 sempre informando que o mesmo encontrava-se desligado. **PARECER CONCLUSIVO:**
129 Diante do exposto no item 2, não encontramos motivo comprovado para darmos isenção de taxa
130 ao Senhor Lirio de Moura Moreira”. Em discussão e votação o parecer foi aprovado por
131 unanimidade de votos. **06) Processo nº 063528/2015-14 - Modelo de contratação de bens e**
132 **serviços comuns da Tecnologia da Informação para a UFPR. Interessado: Centro de**
133 **Computação Eletrônica.** Relator de vista, Conselheiro Daniel Keller Mittelbach. Relator
134 Original, Conselheiro Mario de Paula Soares Filho. O modelo apresentado foi aprovado por
135 maioria de votos (16x06) de acordo com o parecer de vista do Conselheiro Daniel Keller
136 Mittelbach. Parecer: “Diante do exposto acima, em atendimento ao que preconiza a IN 04/2014
137 SLTI/MPOG e legislação pertinente, sou de **parecer favorável** ao Modelo de Contratações de TI
138 para o âmbito da UFPR, apresentado pela comissão instituída pela portaria 234/2014-PRA,

139 *bem como à criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação com a composição*
140 *apresentada por esse parecer".* Encerrada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente
141 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual eu, Dionei José da Silva
142 lavrei a presente ata.